

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA:
REFLEXÃO E ENSINO

GIOVANNA SANTOS PEREIRA

**“O ARTIGO CONCORDA COM O SUBSTANTIVO. SEMPRE?” — UMA REVISÃO
DA ABORDAGEM DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO PELOS
LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD (2018)**

BELO HORIZONTE
2024

GIOVANNA SANTOS PEREIRA

**“O ARTIGO CONCORDA COM O SUBSTANTIVO. SEMPRE?” — UMA REVISÃO
DA ABORDAGEM DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO PELOS
LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD (2018)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa: Reflexão e Ensino da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Moreira

Belo Horizonte
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E GRAMÁTICA: A INTERAÇÃO
ENTRE A VISÃO GRAMATICAL E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 14:30 do dia 01 de outubro de 2024, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em ENSINO E GRAMÁTICA: A INTERAÇÃO ENTRE A VISÃO GRAMATICAL E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **“O artigo sempre concorda com o substantivo?” — uma revisão da abordagem da concordância nominal de número pelos livros didáticos do PNLD (2018)** apresentado por Giovanna Santos Pereira, como requisito final para obtenção do Grau de Especialista em ENSINO E GRAMÁTICA: A INTERAÇÃO ENTRE A VISÃO GRAMATICAL E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Em seguida, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof(a). Dr(a). Fernanda Rosa da Silva indicou a (X) **aprovação**/ () **reprovação** do(a) candidato(a);

Prof(a). Dr(a). Maurício Sartori Resende indicou a (X) **aprovação**/ () **reprovação** do(a) candidato(a);

Pelas indicações, o(a) candidato(a) foi considerado (X) **aprovado(a)**/ () **reprovado(a)**.

Nota: 95/100

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, este encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA assinada eletronicamente por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Sartori Resende, Professor do Magistério Superior**, em 14/10/2024, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Rosa da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 14/10/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_exte_rno=0, informando o código verificador 3639204 e o código CRC DCEBFAD1.

RESUMO

Esta investigação foi motivada pelas considerações de linguistas de que, embora existam avanços nos estudos da linguagem, há uma grande dificuldade de conciliar o ensino de língua materna a um trabalho consistente com as diferenças linguísticas. Apesar de os documentos parametrizadores de ensino adotarem a visão polissistêmica de língua, existem desafios para combater o preconceito linguístico e reverter um ensino de orientação mais prescritivista. Este estudo, com enfoque sociolinguístico, teve como objetivo investigar a inclusão ou não da Teoria da Variação no tratamento da concordância nominal em três livros didáticos para o Ensino Médio participantes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018: *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre et al. (2016); *Novas palavras*, de Amaral et al. (2016); e *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de Cereja et al. (2016). Para isso, realizou-se um levantamento descritivo das orientações teórico-metodológicas presentes nos três materiais, buscando identificar se a variação linguística foi considerada no tratamento da concordância nominal de número e avaliar se as atividades propostas nesses livros promovem um ensino reflexivo sobre os diferentes usos da língua. Os resultados finais demonstraram que, mesmo incluindo as noções de variação linguística para o trabalho com a concordância nominal de número, o viés normativo é o que ainda predomina para as atividades de análise linguística.

Palavras-chave: Sociolinguística; Análise Linguística; Concordância nominal.

ABSTRACT

This investigation was motivated by linguists' observations that, despite advancements in language studies, there remains a significant difficulty in reconciling native language teaching with a consistent approach that addresses linguistic differences. Although the guiding documents for language teaching adopt a polysemic view of language, challenges persist in combating linguistic prejudice and shifting away from a more prescriptive pedagogical approach. This sociolinguistically-oriented study aimed to investigate whether or not the Theory of Variation is incorporated in the treatment of nominal agreement in three high school textbooks participating in the 2018 National Textbook Program (PNLD): *Português: contexto, interlocução e sentido* by Abaurre et al. (2016); *Novas palavras* by Amaral et al. (2016); and *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso* by Cereja et al. (2016). To achieve this, a descriptive survey was conducted of the theoretical-methodological orientations present in the three materials, aiming to identify whether linguistic variation was considered in the treatment of number agreement and to evaluate whether the proposed activities foster a reflective approach to the different uses of language. The final results indicated that, although the notion of linguistic variation is included in the treatment of number agreement, the normative bias predominates in the activities designed for linguistic analysis.

Keywords: Sociolinguistics; Linguistic analysis; nominal agreement.

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	6
Capítulo 1: Da Teoria Variacionista à Sociolinguística Educacional — contribuições sociolinguísticas para a sala de aula.....	11
1.1. Construindo uma perspectiva social de língua.....	11
1.2. As contribuições da Sociolinguística para o ensino.....	14
Capítulo 2: A concordância nominal no Português Brasileiro — uma discussão sobre variedades linguísticas.....	18
2.1. A concordância nominal na perspectiva normativa.....	18
2.2. A concordância nominal nos estudos sociolinguísticos.....	20
Capítulo 3: A concordância nominal nos LDs do PNLD (2018) — como a variação linguística é tratada?.....	24
3.1. Abaurre et al. (2016).....	24
3.2. Amaral et al. (2016).....	28
3.3. Cereja et al. (2016).....	35
Considerações finais.....	40
Referências.....	43

Considerações iniciais

Em 1957, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. trouxe uma das contribuições mais inovadoras para se pensar o ensino de língua materna ao produzir seu ensaio intitulado “Erros de escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro” — cujo título já nos antecipa a visão cientificamente orientada do autor a respeito da noção de língua em oposição ao que se entendia à sua época. Para compreender tamanha contribuição desse linguista, é necessário, anteriormente, fazermos uma breve contextualização sócio-histórica desse período: o Brasil passava por um intenso processo de “democratização do ensino” (ILARI, 2009, p. 2). Durante anos, as classes populares foram mantidas afastadas do acesso à educação formal e, segundo observa Fausto (2009, p. 184), “como muitas poucas pessoas tinham instrução, a elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”. Apenas no período republicano, a partir de um projeto político civilizatório para se firmar a ideia de nação brasileira (SAVIANI; SOUZA et al., 2004), passou a existir uma proposta mais consolidada para uma sistematização do ensino. Em conjunto com o processo de urbanização, essa nova realidade exigiu uma mão-de-obra especializada para atender às demandas das novas atividades econômicas e, conseqüentemente, surgiram os primeiros investimentos governamentais na educação (SAVIANI, 2011). Apenas em 1934, por exemplo, com a segunda Constituição da República, a educação foi finalmente proposta como direito de todos e reconhecida como responsabilidade dos Poderes Públicos. No entanto, há anos, os dados já nos evidenciam a grande distância que há entre uma lei ser sancionada e essa lei *de fato* ser colocada em prática, pois, como apontam Bittar & Bittar (2012, p. 161), “o Brasil chegou à década de 60 do século XX com quase 40% de analfabetismo, o que evidencia a ineficiência das reformas [legislativas]”. Esse panorama se faz necessário para compreender o quanto a escola no Brasil foi sistematicamente elitizada e mantida alheia às camadas populares, que só passaram a ingressar maciçamente esses espaços a partir da segunda metade do século XX — e, nesse processo, se depararam com um espaço hostil e punitivista (GADELHA, 2009).

Nos anos 1950, o sistema educacional brasileiro estabelecia um processo de seleção por prova escrita para o acesso ao ensino de 2º grau, conhecido à época como ginásio, para aqueles que tivessem completado o 1º grau, chamado de primário. Em seu ensaio, Câmara Jr. (1957, p. 279) já contribui com o avanço dos estudos linguísticos ao reconhecer a existência de uma “estratificação linguística muito nítida que a cidade [do Rio de Janeiro] apresenta”, fruto justamente do panorama anteriormente aqui mencionado. Após identificar esse recorte linguístico, o autor apresenta seus objetivos: investigar algumas questões de ordem fonética,

morfológica e sintática ao analisar as produções de 62 sujeitos, entre 11 e 13 anos, de um colégio da zona sul do Rio de Janeiro. Logo de início, Câmara Jr. (1957) nos traz informações muito relevantes: naquela região, vivia a parte mais abastada e de mais alto nível da população urbana, excluindo crianças de classes mais humildes, que procuravam as escolas gratuitas do governo municipal. Consta que as crianças analisadas pelo ensaio já haviam sofrido o impacto da chamada “língua literária”, adquirida no ensino primário e nos processos preparatórios para aprovação no Exame de Admissão, mas a intenção do autor era ir além: comprovar a existência das “novas tendências” do português do Rio de Janeiro mesmo entre a camada “cultura” da população. No final da década de 1950, o autor já discutia a variação linguística do português brasileiro, algo inerente às línguas naturais, independentemente do nível de escolaridade dos falantes. Com isso, o linguista trouxe para o cenário pedagógico brasileiro a inovação de uma ciência ainda muito recente no Brasil: a Linguística (ILARI, 2009, p. 3). Orientado por uma visão científica da língua, o autor propunha que, ao invés de entender os desvios como sintoma de incapacidade dos alunos ou ineficácia do ensino, era preciso que os mestres levassem em consideração aquela realidade linguística vigente no país para lidar com o ensino de língua materna de crianças e adolescentes (CÂMARA JR., 1957).

Esse processo de incorporação das teorias linguísticas ao ensino de língua materna veio como alternativa à tradição prescritivista que esteve presente (e continua com fortes influências ainda hoje) na sala de aula (BORTONI-RICARDO, 2004, 2005). Embora existam inúmeros avanços nos estudos da linguagem e já haja consenso de que a língua é passível de variação e mudança (LABOV, 2008; BAGNO, 2009), é antiga a dificuldade de conciliar o ensino de Língua Portuguesa a um trabalho consistente com as diferenças linguísticas. Conforme aponta Bortoni-Ricardo (2005, p. 14), “A escola é norteadora para ensinar a língua da cultura dominante; tudo o que se afasta desse código é defeituoso e deve ser eliminado”. Os documentos parametrizadores mais recentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passaram a adotar essa “visão polissistêmica de língua” (BAGNO, 2012) e buscaram orientar educadores para que refletissem sobre a língua em uso, a fim de combater o preconceito linguístico e reverter um ensino essencialmente normativista:

- Consta como um dos objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental, nos PCNs, “conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito lingüístico” (BRASIL, 1998, p. 33) e espera-se dos alunos que sejam capazes de “[...] verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e,

consequentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos” (BRASIL, 1998, p. 52).

- Um dos fundamentos pedagógicos que orienta a BNCC, por exemplo, é o de que “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2017, p. 14) e trata do componente Língua Portuguesa a partir da noção de pluralidade linguística, quando aponta que “[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico” (BRASIL, 2017, p. 70).

No entanto, ainda que exista a renovação dos documentos legislativos, mais uma vez nos deparamos com a distância entre o que um documento prevê para o que de fato se encontra na prática cotidiana. O trabalho com esse conteúdo no chão escolar ainda deixa a desejar: Bagno (2007) e Faraco (2008, 2015) afirmam que o tratamento da variação linguística nos livros didáticos ainda aparece muito associado às produções de falantes das camadas mais populares, de baixa escolaridade e menor nível socioeconômico ou de áreas rurais, contribuindo para sustentar a falsa ideia de que falantes escolarizados e de áreas urbanas não manifestam também variações em suas produções linguísticas. Ou seja, esses materiais didáticos — tidos como instrumentos mediadores do conhecimento no chão escolar (TAGLIANI, 2011) e um marcador decisivo do que se ensina e como se ensina (LAJOLO, 1996) —, ainda tratam a variação linguística de modo incipiente, como se os falantes escolarizados e urbanos fizessem um “uso adequado” da língua em oposição ao “uso inadequado” das outras camadas da população.

Pensando nisso, esta pesquisa partiu das constatações de importantes autores da Sociolinguística Educacional [Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Bagno (2007, 2009), Faraco (2008, 2020), Costa & Gomes (2015), Cyranka (2016) dentre outros] de que o fenômeno da variação linguística ainda é ignorada ou ainda é abordada de forma superficial no contexto de ensino de língua materna. Por isso, o objetivo geral foi investigar a abordagem ou não da variação linguística no tratamento do tópico gramatical da concordância nominal em três Livros Didáticos (aqui em diante, LDs) participantes do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) de 2016. Como objetivos específicos, esta pesquisa se propôs a:

- a) fazer um levantamento descritivo das orientações teórico-metodológicas de que o professor dispõe sobre o ensino específico do tópico concordância nominal, presentes nos três LDs do PNLD 2016 aqui selecionados;

- b) identificar se a Teoria da Variação foi levada em consideração para o tratamento da concordância nominal, isto é, mais especificamente, *se* foi abordado e/ou *como* foi abordado o apagamento do -S no sintagma nominal;
- c) avaliar se as atividades propostas nesses materiais didáticos conduzem a um ensino reflexivo sobre os diferentes usos da língua, em consonância ao que propõem os documentos norteadores oficiais, ou se ainda priorizam um ensino pautado em regras prescritivistas.

Este tópico gramatical foi escolhido, em específico, pela visão estigmatizada que se tem das variedades linguísticas que não marcam o plural em todos os elementos do sintagma nominal (BAGNO, 2007; 2009). Como afirma Perini (1997, p. 191),

Essas construções, quando não são simplesmente ignoradas, são dadas como da linguagem das ‘pessoas incultas’, ou de ‘baixa classe’. Segundo essa opinião, não se trataria de um fato normal do português brasileiro, mas de um ‘erro’ cometido por aquelas pessoas (coitadas) que não tiveram a sorte de uma educação formal suficiente.

No entanto, as pesquisas sociolinguísticas têm demonstrado como o fenômeno da variação de número no português falado do Brasil é um caso de variação inerente, isto é, se o falante é escolarizado ou não, se é da zona rural ou urbana, o fenômeno da variação ocorre mesmo assim (SCHERRE, 1994). Por isso, a escolha, nesta investigação, pela análise da concordância nominal de número se faz relevante, uma vez que a variação na marcação do plural é uma constante na oralidade do PB, ou seja, ela se faz presente nos mais diversos níveis sociais, mas segue uma variante repudiada.

No plano metodológico, esta investigação se apoiou em uma perspectiva funcional da língua, partindo da concepção da Sociolinguística Educacional culturalmente sensível aos saberes do estudante (BORTONI-RICARDO 20024, 2005). A partir de uma análise qualitativa descritiva, o *corpus* foi composto por três LDs para ensino médio do PNLD de 2016, a saber:

- i) *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre *et al.* (2016);
- ii) *Novas palavras*, de Amaral *et al.* (2016);
- iii) *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de Cereja *et al.* (2016).

A escolha por livros participantes do PNLD não é aleatória; ela se justifica, pois, desde que foi promulgado o Decreto-Lei nº 91.542 de 1985, tal programa foi criado com a justificativa de “avaliar e disponibilizar obras didáticas de forma sistemática, regular e gratuita às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e

distritais” (BRASIL, 2017). Esses materiais recebem atenção dos órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC), que, com o intuito de garantir a qualidade dos livros adotados pelas escolas, convocam estudiosos e especialistas para fazer uma avaliação pedagógica desses materiais antes que cheguem às salas de aula. Igualmente proposital é a escolha do ano de edição desses materiais: pela primeira vez, o Banco de Avaliadores dos Programas Nacionais do Livro e da Leitura teve a participação de professores de instituições de ensino superior e da educação básica nos processos de avaliação dos materiais¹, para além dos membros especializados das Secretarias de Educação e do MEC que já faziam parte da avaliação nas edições anteriores (BRASIL, 2018). A distribuição desses materiais às escolas é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal que executa as políticas educacionais do MEC. Como informou a instituição, entre 2019 e 2021, foram investidos quase R\$ 4 bilhões para concretizar tal operação, que financiou e organizou a distribuição de 150 milhões de LDs para 30 milhões de estudantes de 140 mil escolas públicas do país². Esses dados fundamentam a extensão tamanha do PNLD, o que também justifica a relevância de suas obras comporem este *corpus*, uma vez que tais materiais passam pelas mãos da maior parte dos educadores e educandos brasileiros. Para a seleção dos títulos, também foi considerado o fator de publicação por editoras de expressiva distribuição no ramo educacional brasileiro, sendo elas: FTD, Moderna e Saraiva.

Em relação à sua organização, esta monografia foi estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresento um percurso histórico sobre as origens da Sociolinguística Variacionista e a relação com o surgimento da Sociolinguística Educacional, a fim de justificar a escolha dessa perspectiva para orientar esta pesquisa e apontar suas contribuições para o ensino de língua materna. No segundo capítulo, descrevo como as gramáticas de orientação normativa tratam do tópico concordância nominal, para depois contrastar com as descobertas dos estudos sociolinguísticos a respeito da variação da concordância nominal de número. No terceiro capítulo, investigo como esse tópico gramatical tem sido levado para a sala de aula, através da análise de três livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático. Por fim, encerro a monografia com as *Considerações finais* desta pesquisa.

¹BRASIL. **Guia digital**. Programa Nacional do Livro Didático. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2018. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>> Acesso em: mai. 2024.

² Ver mais em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/12/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-investiu-quase-r-4-bilhoes-na-aquisicao-de-obras-nos-ultimos-tres-anos> . Acesso: em jun. 2024.

Capítulo 1: Da Teoria Variacionista à Sociolinguística Educacional — contribuições sociolinguísticas para a sala de aula

Este capítulo teve como objetivo, a princípio, realizar um breve percurso sobre a origem da Sociolinguística, com o propósito de demonstrar suas contribuições não apenas para a área da Linguística enquanto ciência recente, mas também para repensar as práticas pedagógicas no ensino-aprendizagem da língua materna. Para isso, sintetizamos as principais ideias da Teoria Variacionista e elencamos os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Educacional, que busca um ensino que respeite a diversidade linguística, histórica e cultural dos nossos educandos.

1.1. Construindo uma perspectiva *social* de língua

Conforme apontado na seção *Considerações iniciais* desta monografia, em 1957, o linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. já trazia contribuições inovadoras para o avanço dos estudos linguísticos e do próprio ensino de língua materna no Brasil. Quando publica os resultados de sua investigação, que buscava destacar os erros constantemente repetidos por escolares do Rio de Janeiro, Câmara Jr. (1957) argumenta sobre esses dados não se tratarem exatamente de desvios a serem corrigidos, mas sim de um índice das tendências linguísticas da língua coloquial culta. Para o autor, tais tendências já estavam sedimentadas nessas crianças em razão de uma “linguagem transmitida no meio familiar” (CÂMARA JR., 1957, p. 87) e, pela análise das produções dos escolares, identificava-se um “conflito entre duas linguagens” — a modalidade escrita do português padrão, nomeada como “língua literária”, *versus* a modalidade oral culta, chamada de “linguagem transmitida” —, o que tornava possível a dedução das tendências ali observadas. Sob uma perspectiva social da língua — mesmo que anterior às publicações de William Labov, Uriel Weinreich e Marvin Herzog, e a consolidação da Sociolinguística propriamente —, Câmara Jr. reconhecia a estratificação do português na cidade do Rio de Janeiro e propunha um olhar mais cuidadoso para a distinção entre a fala e a escrita, ao destacar como cada uma dessas variedades se manifestavam em condições diversas e salientar a consequente necessidade de modificar a forma como se dava o ensino da Língua Portuguesa:

É a escrita que as gramáticas normativas escolares focalizam explícita ou implicitamente. O estudante já vem para a escola falando satisfatoriamente, [...] o que ele domina plenamente é a linguagem familiar, na maioria dos casos. [...] Daí a definição da gramática normativa que lembramos aqui de início: a arte de escrever e falar corretamente. [...] Há com isso uma

tremenda ilusão. A língua escrita se manifesta em condições muito diversas da língua oral (CÂMARA JR., 1970, p. 10).

Nesse sentido, é relevante resgatar as contribuições da Linguística brasileira para o ensino da língua portuguesa, uma vez que, desde meados da década de 1950, já se pensava sobre a “possibilidade de ‘registros diversos’, conforme a situação concreta que se depara ao falante” (CÂMARA JR., 1970, p. 11) e o reconhecimento de outras variedades para além da língua-padrão.

Posteriormente, em 1963, um grande marco para os estudos da linguagem se deu a partir da investigação do linguista estadunidense William Labov sobre o inglês da comunidade da ilha de Martha's Vineyard, no litoral do Massachusetts (EUA). Nela, o autor buscava explicações para a variação fonológica dos ditongos /ay/ e /aw/ e observava como fatores extralinguísticos desempenhavam um papel decisivo nessas ocorrências: fatores sociais como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude, por exemplo, foram apontados como responsáveis pela diversidade linguística em observação (CAMACHO, 2012). Em um contexto sócio-histórico da ilha, fazia muito sentido: de um lado, falantes avessos às mudanças culturais e econômicas na ilha, trazidas pelos turistas, preservavam sua marca de identidade com a centralização do ditongo; de outro, falantes que buscavam a integração ou que não se importavam com as mudanças na ilha ou apresentavam essa centralização em menor escala ou não a apresentavam (COELHO *et al.*, 2015).

Em outro estudo, realizado em 1964, Labov (2008) investigou a distribuição social do inglês em Nova York, observando os usos diferenciados do (r) de acordo com um padrão de estratificação social da cidade. Nesse caso, a estratificação observada estava dentro de um mesmo grupo ocupacional: foram examinadas as ocorrências linguísticas de vendedores de três diferentes lojas de departamentos em Manhattan, consideradas de diferentes *status* sociais de acordo com sua localização, preço dos produtos e política de publicidade. Como resultado, verificou-se que havia diferença considerável entre o comportamento do grupo de mais alto *status* e os demais: quanto mais alto o prestígio social da loja, maior o percentual de sujeitos usando o (r) (LABOV, 2008).

Em síntese, vemos que, nessas pesquisas, Labov buscava (2008, p. 19) “isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico”, uma vez que, para ele, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21). Nesse ponto, a consolidação da Sociolinguística enquanto uma área de estudos autônoma é a de “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social”, já que “tal variação ou

diversidade não é ‘livre’, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas” (BRIGHT, 1974, p. 17-18).

Assim, como sistematizam Camacho (2012) e Coelho *et al.* (2015), os principais pressupostos teóricos da proposta variacionista podem ser resumidos em:

- A língua é um sistema inerentemente heterogêneo e ordenado: as regras variáveis da língua (como as diferentes pronúncias do /r/) são sistemáticas, com um uso regular e frequente, como uma tendência de comportamento linguístico;
- A competência linguística do falante envolve o domínio para lidar com a heterogeneidade do sistema: “a língua comporta regras variáveis que permitem que um falante A aprenda uma forma usada por um falante B e a adote como sua, sem abandonar a forma que usava” (COELHO *et al.*, 2015, p. 63);
- Não existe falante de estilo único: um falante não fala sempre do mesmo modo, com um único registro, pois ele está suscetível às determinações do contexto no qual se insere.
- As formas da língua veiculam não apenas os significados representacionais, mas também os significados sociais: o prestígio ou o estigma associados por uma comunidade a uma determinada variante pode acelerar ou barrar uma mudança na língua, afinal, fatores sociais estão diretamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística.
- O *locus* do estudo da língua é a comunidade de fala, e não apenas um indivíduo: a preocupação está na gramática geral da comunidade de fala, isto é, do grupo de falantes que compartilham as mesmas normas a respeito do uso dessa língua.

Dessa maneira, ao optarmos pela perspectiva sociolinguística nesta pesquisa, consideramos que “desvincular o contexto social do contexto de uso da língua é dar a ela um tratamento mecânico, desligado da realidade dos indivíduos que a manejam [...], já que ela é construída ininterruptamente pela coletividade” (OLIVEIRA, 2017, p. 5). Além disso, se cada indivíduo não fala sempre do mesmo modo, e se a forma de cada indivíduo se expressar é subjetiva e intrinsecamente influenciada pela cultura na qual ele se insere, não faz sentido insistir no mito de que só existiria uma única língua portuguesa para aparecer no ensino, na sala de aula, nos materiais didáticos, nas gramáticas e nos dicionários (BAGNO, 2007). Pensando nisso, embora existam inúmeras contribuições e aplicações dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística, na próxima seção, elegemos como foco o viés educacional.

1.2. As contribuições da Sociolinguística para o ensino

Para Bortoni-Ricardo (2022), a Sociolinguística já pode ser considerada *educacional* pela sua própria natureza. Quando a área surgiu nos Estados Unidos, pesquisadores investigavam os problemas do ensino de leitura do inglês. Nesse período, pensava-se equivocadamente que as crianças negras e latinas tinham menos condições de aprendizagem em comparação às crianças brancas de classes altas. Os trabalhos de Labov (1972) e Fasold (1984), por exemplo, contribuíram para comprovar que estudantes de grupos minoritários não tinham déficit cognitivo. Nas avaliações de leitura, redigidas na variedade padrão do inglês, indivíduos afro-americanos apresentavam rendimento insatisfatório, o que despertou o interesse de linguistas para verificar se haveria conexão entre a variedade linguística de tais falantes com o baixo rendimento dos alunos nas escolas (LABOV, 1972). Os estudos, nesse caso, comprovaram que a variedade padrão do inglês e a variedade não padrão desses sujeitos compartilhavam a mesma estrutura, mas ainda havia resistência por parte dos psicólogos educacionais a reconhecerem esses resultados. Dizia-se que a variedade não padrão era ilógica, que os afro-americanos falariam uma versão subdesenvolvida do inglês padrão (utilizada pelos brancos) por serem privados de cultura:

O tratamento inadequado conferido às diferenças entre o AAVE [*African American Vernacular English*] e o inglês padrão tem resultados catastróficos no que diz respeito ao ensino de leitura e, conseqüentemente, na mobilidade e ascensão social. [...] Na década de 1970, em Michigan, devido às dificuldades de aprendizagem de leitura, crianças afrodescendentes foram ameaçadas de exclusão ou excluídas das aulas regulares, sendo colocadas em salas para pessoas com algum tipo de deficiência cognitiva. O depor no processo movido pelos pais das crianças contra as autoridades escolares, a Professora Geneva Smitherman, da Universidade Estadual de Wayne, comparou dados de fala da comunidade negra de Ann Arbor com os dados do estudo de Labov no Harlem, encontrando o mesmo padrão, mostrando a lógica do AAVE bem como seu padrão estrutural. Esse fato levou o juiz Charles Joiner, responsável pelo caso, a sentenciar as autoridades escolares a criarem um plano de ensino capaz de identificar os falantes do AAVE e mobilizar conhecimentos para ensiná-los a ler o inglês padrão, superando assim qualquer barreira linguística que pudesse causar prejuízos sociais aos alunos (SOUSA; CARDOSO, 2020, p. 4).

Diante desse contexto, Labov (2020) coloca como o estudo da variação linguística é fundamental para a promoção de justiça social, uma vez que combate o estigma contra as variedades de grupos marginalizados e atua no resgate dos direitos dessas populações.

No contexto brasileiro, Bortoni-Ricardo (2020, p. 225) define o papel da Sociolinguística Educacional como “todos os esforços de promover a competência linguística

e comunicativa de crianças que não são expostas às variedades de prestígio da língua materna em sua família e que as vão aprender na escola”. afinal, as hierarquias sociais são estabelecidas por meio da linguagem, e o mesmo ocorre com a definição dos papéis sociais que os indivíduos irão assumir na sociedade — dessa maneira, ainda conforme a autora, a estrutura de uma sociedade é construída pelos usos que os falantes fazem da(s) língua(s) que implementam suas relações sociais. Levando esses fatores em consideração, a Sociolinguística Educacional auxilia no combate à ideologia da homogeneização da língua e aos problemas sociais decorrentes dessa mentalidade. Essa mudança busca fazer com que a escola possa ser um espaço em que os estudantes adquiram recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar de maneira eficiente as práticas sociais especializadas e exerçam uma cidadania plena de fato.

Com o passar dos anos, algumas mudanças já se deram nos postulados oficiais em relação ao ensino de língua materna, como vemos nos PCNs:

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais, identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há alguns preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: É muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997, p. 26).

Nesse ponto, Castilho (2002, p. 11) discute como a incompreensão do conceito de norma leva a um tratamento inadequado para o fenômeno da variação linguística, já que, muitas vezes, a escola parece desconhecer que toda língua, independentemente se serve a uma grande nação muito diferenciada cultural e socialmente ou se serve a uma pequena comunidade isolada de poucos indivíduos, é um complexo de variedades, um conglomerado de variantes. Em relação ao conceito de norma, mais especificamente, retomamos as discussões de Faraco (2008) para ter noção das diferentes possibilidades de entendimento:

- a) **norma:** “determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”;
- b) **norma culta (ou comum/standart):** “variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas” (Ibid, p. 49); “variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita” (Ibid., p. 75);

- c) **norma-padrão:** “um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização”; “uma codificação relativamente abstrata [...] referência a projetos políticos de uniformização linguística” (Ibid., p. 75).
- d) **norma curta:** “um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/*Standard*” (Ibid., p. 94).

Segundo explica Faraco (2008), o projeto de norma-padrão no Brasil desejava combater as variedades do português popular, pois a elite conservadora defendia um discurso de unidade absoluta da língua. Esse grupo hegemônico buscava preservar uma suposta pureza do idioma, advindo dos portugueses, considerados os legítimos proprietários da língua. Assim, durante anos, legitimou-se uma visão que ignorava as diferenças e tomava como modelo único e idealizado os escritores portugueses.

Determinar tais distinções do conceito de norma é algo fundamental para combater o senso comum que tomou conta das discussões sobre ensino-aprendizagem de língua materna. Ou seja, contrapor a tendência de se pensar que o ensino deve focar em um conjunto de regras a serem seguidas (na perspectiva prescritivista), em vez de enriquecer a prática de análise linguística com reflexões a respeito do conjunto de regras que já são seguidas por um grupo social (na perspectiva descritiva de como tais línguas são faladas) ou o conjunto de regras que o falante já domina (o conhecimento que habilita o falante a produzir frases reconhecidas como pertencentes àquela língua). Afinal, “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é mundo. Também a gramática [normativa] não é a língua” (BAGNO, 2009, p. 9-10). Assim, é importante não compactuar com noções já ultrapassadas do que seria um erro, já que esse conceito é resultante “das visões de mundo, dos juízos de valor, das crenças culturais, de ideologias” (BAGNO, 2007, p. 61).

Dessa maneira, a Sociolinguística na sala de aula auxilia na valorização da diversidade linguística brasileira, contribuindo com ferramentas teórico-metodológicas para que a educação seja devidamente garantida à população marginalizada dos falantes de variedades não padrão. Se reconhecemos que existem diversas normas linguísticas, entendemos que, para um falante de uma variedade não padrão de português, a norma ensinada em sala de aula é, muitas vezes, uma língua estrangeira, pois esse sujeito é proveniente de ambientes sociais com outra norma linguística empregada naquela comunidade. Esse tipo de ação pedagógica,

quando bem efetuada, não respeita apenas a pluralidade linguística, como também respeita a diversidade histórica, cultural e geográfica de cada povo.

Capítulo 2: A concordância nominal no Português Brasileiro — uma discussão sobre variedades linguísticas

Este capítulo tem como objetivo discutir sobre o tópico gramatical da concordância nominal, partindo das definições que encontramos em gramáticas normativas e contrastando-as com os mais recentes resultados de investigações linguísticas sobre as variedades possíveis dessas ocorrências no sintagma nominal. Esse percurso foi estabelecido dessa maneira a fim de incentivar que o professor de língua materna tenha um olhar pedagógico atento à pluralidade linguística e possa fazer uso da variação como uma prática produtiva para a análise linguística em sala de aula, valorizando os diferentes falares de seus educandos e ampliando outras formas de expressão.

2.1. A concordância nominal na perspectiva normativa

Muitas das críticas feitas aos sociolinguistas está na ideia de que haveria o abandono total do trabalho com a variedade padrão nas aulas de língua portuguesa. No entanto, o objetivo desta pesquisa não é se alinhar a essa proposta; ao contrário, entendemos que é necessário ofertar aos estudantes as mais diversas possibilidades de manifestações linguísticas, dentre elas, os registros da perspectiva normativa também. Por isso, ainda que nossa perspectiva seja a variacionista, consideramos importante a análise do viés que orienta a maior parte dos materiais didáticos e outros manuais de língua portuguesa na área de ensino. Logo, nesta seção, partimos da análise de definições do tópico concordância nominal em algumas gramáticas de orientação normativa para tornar mais produtivo o debate acerca do que se entende desse conceito em diferentes perspectivas.

O primeiro material aqui analisado é a gramática de Evanildo Bechara³, na qual o gramático define que concordância nominal seria:

[...] a que se verifica em gênero e número entre o adjetivo e o pronome (adjetivo), o artigo, o numeral ou o particípio (palavras determinantes) e o substantivo ou pronome (palavras determinadas) a que se referem.
A concordância pode ser estabelecida de *palavra* para *palavra* ou de *palavra* para *sentido*. A concordância de *palavra* para *palavra* será *total* ou *parcial* (também chamada *atrativa*), conforme se leve em conta a totalidade ou o

³Embora a gramática de Bechara não seja essencialmente normativa, por conter trechos descritivos, o autor é participante ativo na elaboração de gramáticas a serviço da escola: “Apesar do caráter enunciativo que re-significa autor e obra num contato direto com as novas idéias lingüísticas, visto que o gramático mobiliza elementos lexicais do campo da lingüística em seu texto, firma-se um perfil normativo na estruturação de toda obra. A lingüística ocupa ainda um pequeno espaço que vai do prefácio às notas de rodapé. A gramática com sua função consultiva serve aos interesses da Instituição Escolar e daqueles que esmeram por um tratamento estético da língua” (MORALIS, 2008, p. 239).

mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação. (BECHARA, 2009, p. 543, *grifos do autor*).

Uma observação que o autor faz é a de que “é preciso estar atento a que a liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece deve ser cuidadosamente aproveitada para não prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo” (BECHARA, 2009, p. 544). Para o autor, a língua falada teria casos de discordância frequentes, enquanto a língua escrita teria meios de evitá-las.

Diferentemente de como organiza Bechara (2009), as gramáticas de Cunha e Cintra (2017) e Rocha Lima (2022) não destinam uma seção específica ao tópico da *concordância nominal*. Em vez disso, encontramos uma subseção, dentro do tópico dos *adjetivos*, intitulada “Concordância do adjetivo com o substantivo”:

- a) Se o adjetivo modificar um só substantivo, tomará o gênero e o número deste [...];
- b) Desde que haja mais de um substantivo, a regra estritamente lógica é a concordância do adjetivo com todos os substantivos, observando-se a primazia do masculino sobre o feminino, e a do plural sobre o singular (ROCHA LIMA, 2022, p. 376-377).

E uma outra subseção, dentro do tópico dos *pronomes possessivos*, intitulada “Um caso de concordância”: “Um só possessivo pode determinar vários substantivos, em concordância com o que lhe esteja mais próximo” (ROCHA LIMA, 2022, p. 398).

O mesmo é observado em Cunha e Cintra (2017); na seção dos *adjetivos*, há uma subseção intitulada “Concordância do adjetivo com o substantivo”, na qual se lê:

O adjetivo, dissemos, varia em gênero e número de acordo com o gênero e o número do substantivo ao qual se refere. É por essa correspondência de flexões que os dois termos se acham inequivocamente relacionados, mesmo quando distantes um do outro na frase (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 284).

Outra subseção, dentro do tópico *pronomes possessivos*, intitulada “Concordância do pronome possessivo”, coloca que: “O pronome possessivo concorda em gênero e número com o substantivo que designa o objeto possuído; e, em pessoa, com o possuidor do objeto em causa” (CUNHA; CINTRA, 2017, p. 333). Não há menção às outras classes de palavras que compõem o sintagma nominal e também participam da concordância nominal.

Na gramática de Luft (2003), por sua vez, o tópico da *Concordância* aparece em seção autônoma, sendo definida como:

Princípio segundo o qual certos termos (dependentes, determinantes) se adaptam, na forma, às categorias gramaticais de outros (principais, determinados). Assim, os adjetivos em relação aos substantivos e os verbos em relação ao seu sujeito. Daí a divisão: concordância nominal; concordância verbal.

O adjetivo concorda com o substantivo que ele qualifica ou determina em gênero e número (CONCORDÂNCIA NOMINAL) (LUFT, 2003, p. 42).

Embora não haja menção às outras classes de palavras que compõem o sintagma nominal, os exemplos destacam o papel dos artigos, dos numerais e dos pronomes na marcação da concordância de gênero e de número. À exceção de Luft (2003), todas as outras gramáticas apresentavam uma listagem de casos especiais para a concordância do substantivo com o adjetivo.

2.2. A concordância nominal nos estudos sociolinguísticos

A hipótese mais fortemente aceita sobre a variação da concordância nominal é a de que ela se originou durante a formação da sociedade brasileira, em razão da simplificação morfológica resultante das situações de contato massivo em que ocorre aquisição de uma L2 mediante aprendizado natural e não orientado. Para Lucchesi (2019), essa hipótese se sustenta pelo argumento de que a aquisição da linguagem por adultos implica na simplificação, diferentemente da aquisição por crianças. Essa simplificação se manifesta pela perda da redundância e da irregularidade na língua. No caso da concordância nominal de número, o apagamento do -S no sintagma nominal configura uma perda de redundância. Outro argumento é o de que os crioulos de base portuguesa eliminaram as regras de concordância nominal, recorrendo às similaridades históricas e linguísticas entre a formação do PB e o processo de criouliização de outras línguas de base portuguesa (DÁLIA; LUCCHESI, 2021). De acordo com Dália e Lucchesi (2021, p. 218), o estudo da variação na concordância nominal de número centraliza o debate sobre a participação do contato entre línguas na formação das variedades populares do PB. Para os autores, esse fenômeno se originou a partir da “erosão morfológica em decorrência da aquisição imperfeita do português como segunda língua por indígenas, africanos e povos falantes de outros idiomas que colonizaram a região”, algo que se definiu como “transmissão linguística irregular”.

No entanto, os autores apontam que, a partir de meados do século XX, identificou-se um aumento do uso da regra de concordância e argumentam que isso se deve à ampliação do sistema público de educação (falantes mais expostos a espaços de correção gramatical), da influência dos meios de comunicação de massa e do deslocamento sazonal dos indivíduos por

motivo de trabalho (o contato com outra norma). Segundo Lucchesi (2015), esses fatores colaboram para formar o estágio atual de polarização sociolinguística do Brasil.

Nas investigações linguísticas, a concordância nominal tem sido um tópico de grande interesse pelos pesquisadores tanto pelos fatores linguísticos envolvidos nessas manifestações, quanto pelas questões histórico-culturais que influenciam as diferentes variedades do português. Brandão e Vieira (2012), por exemplo, estudaram um intenso contraste entre as ocorrências no Português Europeu (PE), no Português Brasileiro (PB) e no Português de São Tomé e Príncipe (PST). Enquanto no PE, em que a regra de concordância parece ter *status* categórico, nas variedades não europeias, os padrões de concordância são variáveis. Na região metropolitana de Lisboa, foi registrada uma frequência de aplicação da regra em 99,89% das quase 7.000 ocorrências de sintagmas nominais pluralizáveis. Na amostra com falantes da região metropolitana do Rio de Janeiro, a frequência de aplicação da regra ficou na faixa dos 90%, o que já seria considerado um nível de variação estruturada na comunidade.

Na pesquisa realizada por Guimarães e Silva (2016), foram analisadas as manifestações linguísticas de falantes do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC). Em específico, foram analisados todos os constituintes flexionáveis dos SN encontrados nas amostras de fala, e os resultados mostraram que 57,3% das ocorrências marcavam os elementos pluralizáveis. Outro dado importante trazido pelos autores é o de que o percentual de aplicação da regra da concordância nominal de número aumenta de acordo com os anos de letramento dos falantes. Os autores justificam essa tendência à concordância em razão dos anos de letramento trazerem o contato com outras normas e uma ampliação de perspectivas de vida econômico-social, uma vez que, naquele contexto, o grau de escolaridade influencia diretamente na escolha de profissões.

Martins (2013), por sua vez, analisou as ocorrências de concordância nominal em moradores do Alto Solimões, no Amazonas. Na tese de doutorado, a autora verificou como as cidades que apresentam traços de ruralidade (ainda no início do desenvolvimento socioeconômico) reúnem desfavorecimento da aplicação da regra de marcação de plural no sintagma nominal. A autora discute como fatores extralinguísticos parecem influenciar nesses resultados, como o fato de que as cidades mais ruralizadas da região apresentam poucas escolas e o mercado de trabalho não exige tanto o uso de formas de prestígio, pois a maioria dos entrevistados vivia da pesca ou da agricultura. Outro fator que incidia na variação na concordância de número é o isolamento, isto é, os moradores saem pouco de suas cidades para outras, além de não existir tanto fluxo de pessoas de outras cidades naqueles municípios, o que leva ao pouco recebimento de influências externas.

Para Scherre e Naro (1998), a variação na concordância no português falado do Brasil já estaria definitivamente internalizada na mente de seus falantes. Nessa perspectiva, já seria possível prever em quais estruturas linguísticas e em quais situações sociais os falantes são mais predispostos a marcar ou não o plural nos elementos flexionáveis do sintagma nominal, pois haveria um sistema gerenciando a variação na concordância de número no PB. Outro ponto relevante levantado pelos autores é a influência das variáveis sociais. Marcam mais o número na concordância nominal as pessoas com mais anos de escolarização e as do sexo feminino: aquelas por estarem mais expostas à correção gramatical no âmbito do ensino, enquanto estas quebrariam as regras sociais em menor quantidade e estariam mais sensíveis à norma de prestígio.

Em Santos (2021), encontramos um quadro que sintetiza pesquisas de destaque quanto à concordância nominal no PB:

Quadro 1: Presença/ausência de concordância em pesquisas desenvolvidas no PB

Autores	Comunidade de fala pesquisada	Presença de concordância	Ausência de concordância
Braga e Scherre (1976)	Rio de Janeiro	70,6%	29,4%
Braga (1977)	Triângulo Mineiro	60,1%	39,9%
Scherre (1978)	Rio de Janeiro	65,8%	34,2%
Scherre (1988)	Rio de Janeiro	72%	28%
Fernandes (1996)	Região Sul do Brasil	71%	29%
Lopes (2001)	Salvador	81%	19%
Santos (2010)	Pedro Leopoldo (MG)	48%	52%
Pinheiro (2012)	Belo Horizonte	81%	19%
Lopes (2014)	Santa Leopoldina (ES)	61,3%	38,7%
Moreira e Vianna (2018)	Nova Iguaçu (RJ)	95%	5%
Martins e Coelho (2019)	Fonte Boa (AM)	55%	45%

Fonte: Santos (2021, p. 45)

Esse panorama nos mostra uma parcela dos trabalhos que já foram desenvolvidos em território nacional sobre a concordância nominal de número, ilustrando a variação linguística a respeito da marcação ou não do plural nos elementos flexíveis do sintagma nominal.

Neste capítulo, não houve o propósito de esmiuçar os fatores linguísticos que atuam nas manifestações da variação da concordância nominal de número. Aqui, o foco esteve em observar o levantamento dos fatores extralinguísticos responsáveis por influenciar tal fenômeno, considerando justamente o diferencial do fator *social* do fazer sociolinguístico nessa perspectiva funcional da língua. Embora a análise formal da língua tenha inúmeras contribuições às investigações linguísticas, nesta pesquisa, o foco esteve em levar para a sala de aula as características teórico-metodológicas de se considerar a língua algo coletivamente construído e influenciado pela cultura na qual se insere.

Capítulo 3: A concordância nominal nos LDs do PNLD (2018) — como a variação linguística é tratada?

Este capítulo tem como objetivo reunir os resultados da investigação de como três LDs do PNLD (2018) apresentam o tópico da concordância nominal aos educandos, a saber:

- a) *Português: contexto, interlocução e sentido*, de Abaurre *et al.* (2016);
- b) *Novas palavras*, de Amaral *et al.* (2016);
- c) *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*, de Cereja *et al.* (2016).

Ao analisarmos esses materiais, investigamos as orientações teórico-metodológicas de que dispõem os docentes quando fazem uso desses materiais. Também observamos se a Teoria da Variação foi considerada especificamente para o tratamento da concordância nominal de número — muitas vezes, os LDs concentram um capítulo específico à apresentação da noção de variação linguística, mas sem necessariamente incluí-la na abordagem dos tópicos gramaticais (FARACO, 2015; BAGNO, 2007). Nossa hipótese é a de que a abordagem variacionista aparecerá nesses materiais em razão das habilidades determinadas pela BNCC, mas a abordagem dos tópicos gramaticais terão um viés mais normativo. Por fim, analisamos se as atividades propostas nos LDs incentivam um ensino reflexivo sobre os diferentes usos da língua.

3.1. Abaurre *et al.* (2016)

A coleção *Português: contexto, interlocução e sentido*, elaborada por Maria Luiza M. Abaurre, Marcela Pontara e Maria Bernadete M. Abaurre, foi organizada em três volumes, um para cada série do Ensino Médio. Cada volume foi dividido em três eixos estruturantes: Literatura, Gramática e Produção de Texto.

No primeiro volume, o capítulo 12, intitulado *Linguagem e variação linguística*, a seção *Variação e norma* apresenta a seguinte tirinha:

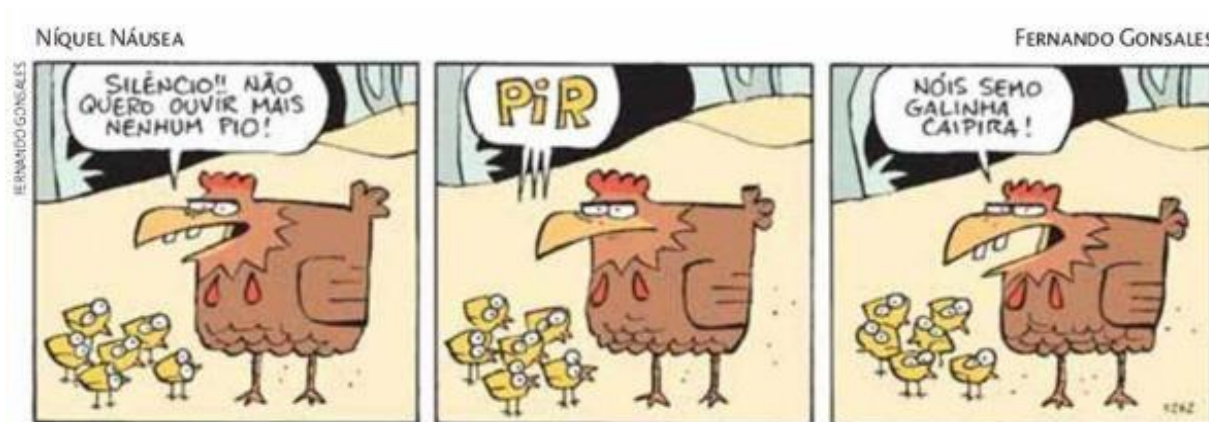


Fonte: Abaurre *et al.* (2016, p. 130)

A tirinha é utilizada como texto motivador para a seguinte discussão: como as pessoas costumam avaliar diferentes maneiras de falar? Assim, as autoras chamam a atenção do leitor para situações em que a língua seja usada de forma diferente daquela que se ouve em meios de comunicação ou outros espaços de socialização. Em seguida, é apresentada a noção de variação linguística como algo natural, decorrente do fato de que a língua é um sistema dinâmico e sensível a fatores como região geográfica, sexo, idade, classe social dos falantes e o grau de formalidade do contexto.

Também é discutida a expectativa que uma comunidade linguística tem de que todas as pessoas falem de uma mesma maneira, mas que tal expectativa (socialmente definida) pressupõe uma forma 'correta' de uso da língua em oposição à existência de formas 'erradas', o que gera o preconceito linguístico. No material, consta um box informativo colorido ressaltando a seguinte definição para preconceito linguístico: “julgamento negativo que é feito dos falantes em função da variedade linguística que utilizam” (ABAURRE *et al.*, 2016, p. 130).

Outra tirinha utilizada para discutir sobre o conceito de variedade linguística é:



Fonte: Abaurre *et al.* (2016, p. 133).

As questões que acompanham o texto não analisam construções linguísticas mais estruturais (aspectos fonológicos ou morfossintáticos, por exemplo), pois focam na análise do efeito de sentido de humor desejado pelo autor Fernando Gonsales:

- 7) A resposta dos pintinhos à bronca da galinha causa estranhamento. Por quê?
 - De que maneira a galinha justifica a resposta dada pelos pintinhos?
- 8) Considerando a resposta da galinha, qual é a variedade linguística utilizada por ela e seus filhotes?

- De que forma essa representação da variedade linguística contribui para construir o humor da tira? (ABAURRE *et al.*, *op. cit.*, p. 133).

O tópico da concordância será abordado de maneira autônoma, em um capítulo destinado apenas para ela, no volume 3 da coleção. O capítulo 13, intitulado *Concordância e regência*, é iniciado por mais uma tira:



Fonte: Abaurre *et al.* (2016, p. 224).

Abaixo dela, consta a seguinte questão ao aluno:

- 2) Você aprendeu que variedade linguística é cada um dos sistemas em que uma língua se diversifica, refletindo diferenças regionais, sociais, etc. Há, na tira, exemplos de duas variedades distintas. No caderno, transcreva as falas representativas de cada uma delas.
 - a) Qual das variedades que você transcreveu tem maior prestígio social e costuma ser empregada em situações de maior formalidade?
 - b) Considere o prestígio social de cada uma das variedades transcritas e explique por que o ratinho teria escolhido empregar a variedade que aparece nos dois primeiros quadrinhos para falar com a ratinha.
 - c) Do ponto de vista da gramática normativa, o que chama a atenção na fala representativa da segunda variedade? Explique. (ABAURRE *et al.*, *op. cit.*, p. 224).

Em seguida, as autoras comentam sobre a construção do humor da tira: ela se apoia no confronto entre falas de duas variedades linguísticas diferentes. Nesse ponto, há o primeiro destaque às marcas formais na construção linguística analisada: o modo como as palavras se relacionam, umas com as outras, no interior dos sintagmas. É interessante destacar que a primeira variedade aparece nomeada como culta, associada a um contexto formal e considerada “um tanto artificial e deslocada no contexto informal e oral que a tira representa”. No último quadrinho, haveria uma “tradução” dessa fala na variedade culta para a variedade que ele, de fato, fala. Essa análise coincide com as observações anteriormente discutidas nesta

pesquisa de que, muitas vezes, a variedade culta é uma espécie de língua estrangeira ao sujeito que não a produz.

Esse questionamento inicial é seguido pela apresentação do conceito de concordância nominal em sua regra geral, sintetizada em um box informativo:

Os adjetivos, pronomes adjetivos, artigos, numerais e participios concordam em gênero e número com o núcleo do sintagma nominal que determinam, isto é, flexionam-se para gênero e número acompanhando as flexões do elemento substantivo a que se referem (ABAURRE *et al.*, *op. cit.*, p. 226).

Em seguida, são elencados os casos especiais de concordância dos adjetivos. Ao final do capítulo, há uma lista de exercícios que busca incentivar uma reflexão sobre as diferentes práticas linguísticas em sociedade. Aos alunos, é apresentado um texto chamado “Um futuro singular”, de Ivan Jaf⁴, em que o autor ironiza a variedade não padrão da concordância nominal de número. Nessa carta fictícia, o narrador se coloca como devoto da língua portuguesa, que luta contra os erros gramaticais como um cristão luta contra os hereges. Ali, ele denuncia um suposto grave problema: os plurais estarem sumindo nos sintagmas nominais, como nas ocorrências “dois real” ou “quatro quilo de batata”. A responsabilidade, para ele, seria do retorno da língua Tupi, cuja característica depreciada é a ausência de plural. Depois de recomendar essa leitura aos alunos, as autoras propõem os seguintes exercícios:

2) [...] explique o que o autor da carta quer dizer ao afirmar que os "plurais estão sumindo".

3) Na linguagem oral e em contextos informais, a estrutura a que se refere o autor da carta é comum e pode ser observada na fala de usuários de diversas variedades linguísticas. Ela não surge aleatoriamente. Leia novamente o texto e procure explicar a regra que poderia determinar essa estrutura.

4) Com base no texto, é possível afirmar que o autor da carta considera o "sumiço do plural" um "erro gramatical" a ser corrigido. O que essa postura revela sobre o modo como ele encara a língua?

- Do ponto de vista do modo como a língua é efetivamente usada na sociedade, essa postura pode ser considerada inadequada. Explique.

A terceira pergunta, pela primeira vez, incentiva uma reflexão pela perspectiva estrutural sobre o fenômeno da variação da concordância nominal de número, embora ainda

⁴Disponível em: <http://paginasclandestinas.blogspot.com/2011/03/licoes-de-gramatica-para-quem-gosta-de.html>
Acesso em: jun. 2024.

faltarem mais recursos para que o estudante pense sobre o apagamento do -S quando considerado redundante nos elementos dentro do sintagma nominal.

É pertinente observar como as autoras formularam o enunciado da última questão: não se pergunta se o fato de que a postura do autor da carta é inadequada, afirma-se. Além disso, o aluno é convidado à reflexão sobre qual o problema dessa mentalidade, esperando-se que ele associe com o conceito já aprendido anteriormente sobre preconceito linguístico e sua consequente discriminação social.

Nesse material, nossa hipótese não foi confirmada, uma vez que consta o viés variacionista para abordar o tópico gramatical observado; todavia, essa perspectiva aparece na parte prática do material, isto é, nos exercícios a que os alunos devem responder, sem ter o devido destaque junto da parte teórica do capítulo.

3.2. Amaral *et al.* (2016)

Organizada por Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, a coleção *Novas Palavras* tem cada um dos volumes divididos em três partes: *Literatura*, *Gramática* e *Leitura e Produção de Textos*.

No primeiro volume, o capítulo 1 da parte de *Gramática*, intitulado *Gramática... gramáticas...*, desde o título, já começa um trabalho de desmistificar, para o aluno, a ideia de que existiria uma só gramática. A pergunta que inicia o trabalho reflexivo é a seguinte: "Afinal... existe mais de uma 'gramática'?". Para fomentar a discussão, um pequeno texto humorístico é apresentado, todavia, sem constar a autoria. A anedota começa com um professor de português avisando aos alunos que iniciaria a próxima aula com um pouco de gramática da língua portuguesa. O texto se encerra com a reclamação de um dos alunos redigida da seguinte maneira: "Ah... professor... Di novo! Portuguesis nóis já sabe..." (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 131). Em seguida, os autores discutem sobre como os alunos iniciaram sua vida escolar com algum professor apresentando-lhe "a gramática" e, em razão disso, seja comum que qualquer pessoa, ao ser questionada sobre o que é "gramática", ela talvez responda "É uma coleção imensa de regras que eu nunca consegui aprender", ou "É um livro que ensina as regras de português". Ao finalizarem esse trecho introdutório, que abre o capítulo, os autores trazem uma contribuição linguística aos estudos da linguagem quando questionam quantas regras de gramática uma pessoa conhece, ao que respondem para o aluno: "Não se surpreenda, mas, com certeza, tanto você quanto o aluno da historinha acima dominam mais de mil regras gramaticais. É isso mesmo! E é por aí que vai começar a nossa conversa..."

Em seguida, a crônica *Santos nomes em vão*, de Raul Drewnick⁵, é apresentada para que sejam discutidas as diferenças entre as noções de *língua*, *gramática* e *gramática normativa*. Tendo como base os exemplos de fala da variedade não padrão, utilizada por um dos personagens da crônica, Amaral et al. (2016) comentam como muitas pessoas afirmariam que o personagem “não sabe gramática”, que “ele não sabe português” ou que “ele fala feio”. Ressalta-se que a língua utilizada pelo personagem para se comunicar foi a língua portuguesa (logo, ele *sabe* português), mas “empregada em uma ‘forma de falar’ que ele está acostumado a usar em seu dia a dia” (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 133). Quanto ao conceito de gramática, um trecho da fala do personagem é recortado para ser analisado estruturalmente:

- (1) Esses caras não é bom da bola.

Para efeitos comparativos, as próximas possibilidades de construção frásica são apresentadas:

- (2) a. Não é bom da bola esses caras.
b. Da bola esses caras não é bom.
c. Esses caras da bola não é bom.

Para efeitos contrastivos, as próximas sentenças são apontadas como *impossibilidades*:

- (3) a. *Esses da bola não é bom caras.
b. *Esse caras não é boa dos bola.

Aqui, o texto traz uma contribuição linguística oriunda da Teoria Gerativa⁶, ao recuperar a noção de *gramática* como um *conhecimento internalizado*:

[...] desde que nasceu e começou a ouvir e, depois, a falar, ele foi **internalizando** que construções como essa não são válidas no português; não respeitam o que chamamos de '**sistema de regras de funcionamento da língua portuguesa**'. É esse **sistema de**

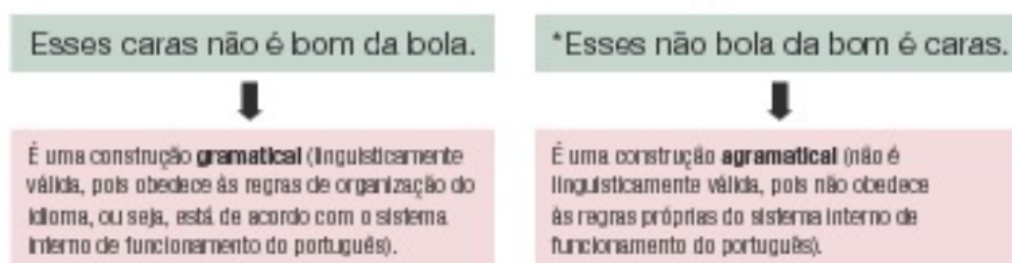
⁵Disponível em: <https://ivamasifa.blogspot.com/2012/02/atividade.html> Acesso em: jul. 2024.

⁶Teoria linguística idealizada pelo estadunidense Noam Chomsky na década de 1950. Nela, entende-se a língua como um estado mental individual, produto de uma capacidade biológica inata — a Faculdade da Linguagem —, caracterizada por um estado inicial denominado “Gramática Universal”, que contém os princípios gramaticais, bem como um conjunto de regras e restrições. Uma das contribuições dessa corrente à linguística é o método negativo, isto é, a possibilidade de recorrer à intuição do falante sobre fatos gramaticais, o julgamento de gramaticalidade (se uma sentença é ou não 'bem formada' a partir das regras que o falante reconhece como internas daquele idioma).

funcionamento interno que recebe o nome de **gramática da língua** (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 134, grifo dos autores).

O LD traz, inclusive, uma citação do linguista Steven Pinker para afirmar que a linguagem é uma habilidade inata, que se desenvolve espontaneamente na criança da mesma maneira como as aranhas tecem teias, pois havia um cérebro que lhes dava o impulso e a competência para desempenhar tais funções. Em seguida, um esquema informativo apresenta aos leitores os conceitos de *gramatical* e *agramatical*:

Nosso conhecimento prático, como falantes do português, permite-nos, então, estabelecer uma clara diferença entre "Esses caras não é bom da bola." e "*Esses não bola da bom é caras." Assim: *Professor(a), sugere-se esclarecer, neste momento, que o asterisco indica construção agramatical.*



Fonte: Amaral *et al.*, *op. cit.*, p. 134.

Em rosa, consta uma orientação ao docente, para que ele esclareça aos educandos o significado do símbolo asterisco no início de sentenças para indicar quais sentenças são *construções agramaticais* — prática teórico-metodológica herdada dos gerativistas.

Mais adiante, os autores apresentam a noção de gramática normativa por meio da comparação de outras duas sentenças:

- (4) Os dois *rolô* no chão.
- (5) Os dois *rolaram* no chão.

Ainda tendo a crônica⁷ como pano de fundo, comenta-se sobre como a ocorrência (4) foi criticada, colocada como erros de português, enquanto a (5) seria a forma correta. O destaque está na forma como os autores esclarecem que essas duas construções, na verdade, tratam-se de uma mesma frase, que diz a mesma coisa e que é plenamente compreensível para qualquer falante da língua portuguesa. A única diferença é que (5) foi construída segundo as regras da gramática normativa, conceituada como:

⁷ Disponível em: <https://ivamasifa.blogspot.com/2012/02/atividade.html> Acesso em: jul. 2024.

[...] conjunto de orientações e regras que [...] toma como 'modelo', como referência, a maneira como o idioma veio sendo empregado, ao longo do tempo, por usuários considerados, **na perspectiva dessa gramática**, falantes 'exemplares' da língua: romancistas e poetas consagrados, gramáticos tradicionais, juristas importantes, jornalistas influentes e outros usuários cultos do idioma (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 135, grifo dos autores).

Assim, o LD desmistifica a ideia de *certo* e *errado*, ao mostrar como esses valores são mutáveis e ideologicamente orientados. Para isso, um box informativo traz a citação do linguista Marcos Bagno sobre a noção de preconceito linguístico. A gramática normativa ser apenas uma tentativa de descrever uma parcela da língua, utilizada por uma parcela dos falantes e, por esse motivo, não pode ser aplicada a todo o restante da língua (BAGNO, 2007). Os autores apresentam também a seguinte conclusão: se, por um lado, a sentença (4) é incorreta na perspectiva da gramática normativa, por outro, ela é correta do ponto de vista linguístico. Dessa maneira, as perspectivas teórico-metodológicas do Gerativismo e da Sociolinguística se encontram para incentivar os estudantes a efetivarem uma prática de análise linguística mais reflexiva:

Gramática internalizada	Gramática normativa
Sistema de regras que constituem a estrutura de funcionamento da língua e que são assimiladas naturalmente — pela prática — por todos os falantes do idioma.	Teoria que, tomando como referência os usos tradicionais do idioma, descreve e propõe um conjunto de normas e orientações para se falar/escrever em situações formais de comunicação.
Se considerarmos, nessas duas perspectivas de análise, as formas de construir uma das frases analisadas anteriormente, teremos:	
1. Os dois rolô no chão.	• Na perspectiva da gramática internalizada → válida • Na perspectiva da gramática normativa → inválida
2. Os dois rolaram no chão.	• Na perspectiva da gramática internalizada → válida • Na perspectiva da gramática normativa → válida

Fonte: Amaral *et al.*, *op. cit.*, p. 136.

Todo esse percurso, construído pelo LD, é conduzido até a noção de variedade linguística. Os autores retomam a noção de que, por muitos anos, a escola era privilégio de poucos e os meios de comunicação, produzidos por esses poucos, reproduziam uma variedade

linguística considerada modelar, digna de ser imitada. Assim, três variedades são apresentadas para os educandos:

- a) variedade *culta* (empregada em situações formais por falantes das classes sociais urbanas cujos integrantes, por terem elevado nível de escolaridade e maior influência política, tinha, conseqüentemente, maior prestígio social), subdividida entre *formal* (empregada quase que exclusivamente na escrita, é mais fixa ao longo do tempo, pois se modifica menos) e *informal* (que se usa mais na comunicação falada e se modifica mais);
- b) variedade *coloquial* (empregada nas situações de despreocupação dos falantes com muitas das regras da gramática normativa e pela presença de expressões populares).

Um box informativo fecha a seção, sintetizando algumas definições e características para cada uma das variedades mencionadas. Destacamos, aqui, a atenção que os autores deram para as diferenças estruturais/formais que as sentenças apresentam a depender da variedade linguística na qual foram produzidas:

📌 Variedades linguísticas

• Língua (ou variedade) culta

- Empregada, em situações mais formais, por integrantes dos grupos sociais de maior nível de escolaridade e de maior influência social, política e econômica;
- Variedades da língua culta: *língua culta formal* e *língua culta informal*;
- Caracteriza-se principalmente pela presença de estruturas frasais mais complexas, pelo vocabulário mais elaborado (menos "comum") e, em sua variedade formal, pela adequação rigorosa às regras da gramática normativa.

• Língua (ou variedade) coloquial-popular

- Empregada cotidianamente nas situações informais de comunicação por integrantes de todos os grupos sociais;
- Caracteriza-se pelo vocabulário mais "comum", pelo emprego de frases de estrutura simples, pela pouca (ou nenhuma) observância às regras da gramática normativa e pela presença de frases feitas, expressões populares e gírias.

Fonte: Amaral *et al.*, *op. cit.*, p. 139.

A parte de atividades, no entanto, não instiga a prática dessas reflexões; não há análise de dados linguísticos. Uma orientação aparece ao professor informado que “os exercícios objetivam, principalmente, sedimentar conceitos teóricos essenciais, nomenclatura e/ou regras apresentadas no tópico em estudo”. Em virtude disso, os exercícios focam na distinção dos conceitos e pouco exploram as possibilidades linguísticas das distintas variedades. Vale destacar que essas atividades são no formato de múltipla escolha — algo que, por um lado,

pode otimizar o trabalho docente, em relação ao processo de correção, mas, por outro, não abre espaço para que os estudantes redijam suas próprias conclusões.

Assim como em Abaurre *et al.* (2016), a concordância nominal aparece especificamente no terceiro volume da coleção, para ser trabalhado na terceira série do Ensino Médio. No capítulo 5, intitulado *Sintaxe de concordância*, a subseção *O conceito de concordância* é iniciada por um quadro de Lia Mitterakis junto de duas orações sobre a tela:

- (6) A palavra francesa *naïf* significa "espontâneo, ingênuo".
- (7) Os pintores *naïf* criam belos quadros multicoloridos.

Essas duas orações são dissociadas de contexto: não há um texto original de onde elas tenham sido retiradas; tampouco há maior desenvolvimento sobre a ideia que está sendo abordada dos pintores *naïf* e de seus quadros. Logo abaixo das sentenças, já há uma sistematização sobre a combinação e flexão adequadas das palavras para que se ajustassem umas às outras em conformidade às regras da variedade culta da língua. No entanto, ao fazer menção dessa variedade, não há comparativos com outras possibilidades linguísticas de outra variedade. Um box informativo aparece na lateral da página, intitulado *Para que saber?*, justificando a necessidade de conhecer as principais regras de concordância como algo “indispensável a quem, em situações formais de comunicação, precisa fazer uso da variedade culta do idioma” (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 225). Mais explicações sobre a razão dessa indispensabilidade não constam no material.

A regra geral de concordância aparece formulada da seguinte maneira: “Toda palavra variável que se refere a um substantivo concorda com ele em gênero (masculino/feminino) e número (singular/plural)” (AMARAL *et al.*, *op. cit.*, p. 225). Em seguida, casos especiais são apresentados (a concordância do adjetivo com os substantivos e os casos de palavras que podem causar dúvidas quanto à concordância, como *obrigado*, *anexo*, *meio*, entre outras). As atividades que seguem tais explicações teóricas são voltadas para uma avaliação de orientação mais conteudista, isto é, se o aluno assimilou como serão flexionados os adjetivos a depender de sua posição na sentença (antes ou depois do substantivo) e de sua função sintática (se adjunto adnominal ou se predicativo). Os textos motivadores para avaliação da flexão dos adjetivos em gênero ou em número são majoritariamente frases descontextualizadas na variedade culta ou trechos literários (Cecília Meireles e Guimarães Rosa). Em apenas um dos exercícios, aparecem cartazes que, à primeira vista, parecem colados em locais de circulação

pública (a fonte remete a uma exposição de 2010 do Museu da Língua Portuguesa) com exemplos da variedade não padrão:

- (8) Já é meio-dia e meio.
- (9) Isto é para mim fazer.
- (10) Pode me incluir fora dessa!

Embora os estudantes já tenham trabalhado as diferentes possibilidades linguísticas a depender de com qual variedade se opera, o exercício solicita que seja explicado, “do ponto de vista da gramática normativa, o problema que ocorre na frase apresentada em cada um desses cartazes”. Em um primeiro momento, nossa hipótese parecia se confirmar em relação à orientação mais fortemente normativa para o trabalho com a concordância nominal no LD. De fato, é ela que ocupa a parte de explicação teórica e a parte de exercícios práticos. No entanto, a próxima seção do livro, intitulada *E mais...*, traz um questionamento aos estudantes: “O artigo concorda com o substantivo. Sempre?”. Nela, é proposto que seja realizada uma investigação linguística, dividida em partes:

a) 1ª parte: leitura inicial das sentenças abaixo.

- (11) Os cachorro tá tudo doente.
- (12) As suas filha parece muito inteligente.

Afinal, o falante estaria se referindo a unidades únicas de *cachorro* e *filha* ou seriam mais de um(a)? Em seguida, uma citação de Mário Perini esclarece que esses exemplos não são uma fala inculta ou de um dialeto rural, mas que ocorrem com frequência variada na fala da maioria dos falantes do português brasileiro.

b) 2ª parte: atividade de pesquisa.

Nesse trecho, os autores propõem a delimitação de um objetivo: avaliar, em situações de comunicação oral, se o artigo concorda no plural com o substantivo (no plural) ao qual se associa. No aspecto metodológico, recomenda-se que a turma seja dividida em grupos para gravação de trechos de falas nos quais existam sequências formadas por “artigo + substantivo” de acordo com o objetivo geral: “podem ser registros 'ao vivo' (por exemplo, entrevistas feitas pelos grupos) ou gravações de programas de rádio ou TV” (AMARAL *et al.*,

op. cit., p. 235). Nesse processo de coleta de dados, entretanto, o material não comenta sobre os estudantes buscarem por situações em que os falantes entrevistados não estejam monitorando a própria fala, algo relevante para uma pesquisa sociolinguística.

Os autores recomendam também a tabulação de dados, para identificar os fatores que possam interessar à pesquisa:

Quantidade de falantes por nível de escolaridade	Total de ocorrências analisadas	Casos em que o artigo concordou com o substantivo		Casos em que o artigo não concordou com o substantivo	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Ensino Fundamental					
Ensino Médio					
Ensino Superior					
Totais					

Fonte: Amaral *et al.*, *op. cit.*, p. 235.

Aqui, vemos claramente a aplicação teórico-metodológica da Teoria Variacionista para o estudo da concordância nominal de número. Valendo-se, inclusive, de uma adaptação da entrevista sociolinguística, essa atividade permite que os alunos observem a frequência com que cada variedade ocorre no *corpus* por eles selecionado, além de averiguar se e quais fatores sociais podem influenciar nessas ocorrências.

Esse tipo de proposta leva ao aprofundamento em uma área do conhecimento específico, a Linguística. Ela incentiva que os estudantes investiguem a realidade na qual se inserem, a fim de que reconheçam a importância das práticas e produções científicas.

3.3. Cereja *et al.* (2016)

Criada por William Cereja, Carolina Dias Vianna e Christian Damien, a coleção *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso* foi desenvolvida sem separar as unidades por “subáreas” da Língua Portuguesa, isto é, em um mesmo capítulo, o trabalho com Literatura, Linguagem, Produção de Texto e Oralidade aparecem agrupados. No capítulo 2 do primeiro volume da coleção, na seção *Língua e linguagem: variedades linguísticas*, a canção *Vozes da seca*⁸, de Luiz Gonzaga, é colocada como texto disparador para a discussão da variação linguística. A letra da música é inserida acima de uma fotografia do sertão ilustrando a referida seca comentada na canção.

⁸Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/47103/> Acesso em: jul. 2024.

As atividades de interpretação chamam a atenção para as formas linguísticas que aparecem nos versos: *seu doutô, vosmicê, mercê*. Esses termos foram selecionados para apresentar a noção de variação histórica, com a demonstração da evolução histórica simplificada da expressão *Vossa mercê* (*Vossa mercê* > *vosmicê* > *mercê* > *você*). O próximo exercício destaca as ocorrências *os nordestino* e *os rio* para afirmar que elas exemplificam uma regra própria da fala de algumas variedades do PB e solicitar aos estudantes que a identifiquem. Aqui, vemos a primeira aparição da concordância nominal de número para tratar da variação linguística; no entanto, o viés que orienta a formulação do enunciado é normativo, uma vez que é solicitado ao estudante: “Indique as ocorrências que seguem a norma e reescreva corretamente as que não seguem” (CEREJA *et al.*, *op. cit.*, p. 50).

Logo em seguida aos exercícios, uma seção informativa, intitulada Reflexões sobre a língua, informa que “É um equívoco [...] acreditarmos que o português brasileiro é uma língua falada homogeneamente em todo o país, uma vez que há elementos diversos que contribuem para que ela sofra variações”. Um box informativo destaca a definição do conceito de variação linguística: “diferentes modos de falar uma língua - as variedades linguísticas - relacionados à idade do falante, à sua classe social, ao espaço em que ele se encontra e, ainda, aos objetivos e aos usos específicos que ele faz da língua”. Um subtítulo faz a seguinte pergunta aos leitores: Uma variedade é melhor que outra? A resposta não aparece com sim ou não, ela afirma que “o português são muitos e que todas as suas variedades servem às finalidades para as quais existem” e que, por essa razão, “determinar a norma-padrão de uma língua não significa definir uma variedade como a mais correta, mais completa, mais bonita”. Assim, os tipos de variação são definidos: diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica.

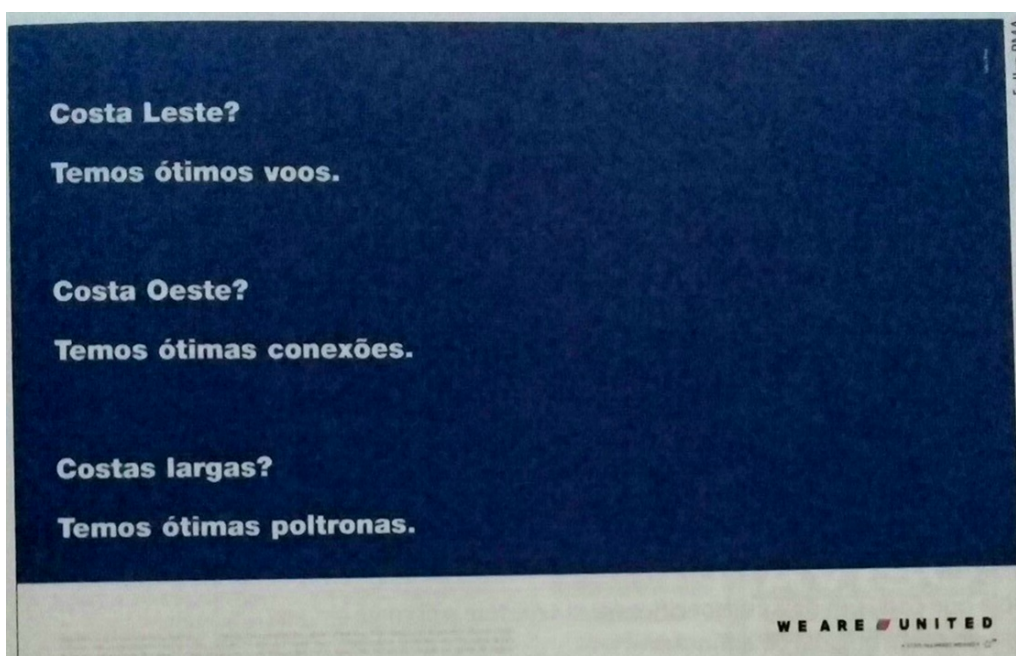
Em continuidade, uma seção se dedica à explanação do que seria entendido por norma-padrão:

[...] há uma tradição gramatical que define alguns parâmetros para a escrita. A criação dessa norma tomou por base textos específicos, de autores de literatura consagrados. A norma-padrão não é uma variedade da língua, mas tem a função principal de minimizar as mudanças que ocorrem muito rapidamente na fala, a fim de que os textos escritos não fiquem logo ultrapassados e precisem ser traduzidos com frequência para uma variedade contemporânea aos falantes de cada época (CEREJA *et al.*, *op. cit.*, p. 53).

Diferentemente das outras coleções analisadas, nesse volume inicial, não constam outras considerações a respeito de outras variedades para além da culta, nem menções à noção

de preconceito linguístico. É importante considerar que, embora as atividades tenham mencionado o fato de que a variedade presente na canção analisada seja falada por milhares de brasileiros, não é informado aos estudantes que as ocorrências não padrão também ocorrem com falantes escolarizados e de áreas urbanas. Fica a cargo do professor, responsável pelo uso do material, não deixar que o estereótipo de que só produzem a variedade não padrão as pessoas mais pobres, não escolarizadas e de áreas rurais, como aquelas ilustradas pela fotografia inicial do livro.

O tópico da concordância nominal aparece especificamente no capítulo 2 do terceiro volume da coleção. Nessa seção, o texto motivador é uma publicidade da companhia aérea *United Airlines*:



Fonte: Cereja *et al.*, *op. cit.*, p. 51.

A atividade desenvolvida, a princípio, avalia os conhecimentos sobre texto verbal e não verbal, para depois focar nas formas linguísticas que constam na peça publicitária selecionada. Um dos exercícios pede que os alunos transformem as três frases em que constam o adjetivo *ótimos/ótimas* em uma só, para avaliar a flexão de gênero do adjetivo a depender de qual dos substantivos ele acompanhasse primeiro: *Temos ótimos voos, conexões e poltronas* ou *Temos ótimas conexões, poltronas e voos*, por exemplo.

O último exercício recorta o texto de apresentação da empresa e o modifica, ofertando diferentes possibilidades de determinantes para o núcleo dos sintagmas nominais, a fim de testar quais escolhas os alunos considerariam como os originais:

O texto a seguir situa-se na parte inferior do anúncio. No entanto, os especificadores (artigos e adjetivos) foram extraídos e substituídos pelas opções entre parênteses.

Voos para (o/os/a/as) EUA (no/nos/na/nas) (novíssimo/novíssimos/novíssima/novíssimas) Boeings 777. Conexões para a maioria (do/dos/da/das) cidades (americano/americanos/americana/americanas). Mais espaço para (o/os/a/as) pernas na Economy Plus. Poltronas que se transformam tanto em cama como em escritório na Primeira Classe. Voos para mais de 700 destinos em 120 países, através de (nosso/nossos/nossa/nossas) parceiros da Star Alliance. Faça (um/uns/uma/umas) escala no site www.united.com.br, ligue 0800160223 ou consulte (seu/seus/sua/suas) agente de viagens.

Fonte: Cereja *et al.*, *op. cit.*, p. 52.

Tentando mobilizar o conhecimento prévio dos estudantes sobre a própria língua, o exercício busca que os alunos pensem em qual princípio foi utilizado para deduzir as formas do texto original, isto é, a identificação do referente de cada um dos determinantes para concordá-los em gênero e número. Logo em seguida, a seção informativa *Reflexões sobre a língua* afirma que “a alteração do gênero do substantivo núcleo de uma oração implica a alteração no gênero das palavras referentes a ele”, utilizando-se da justificativa de que “na norma-padrão as palavras determinantes (entre elas, artigos, numerais, adjetivos e pronomes) concordam em gênero e número com o nome que acompanham” (CEREJA *et al.*, *op. cit.*, p. 52). Em seguida, um box informativo sintetiza a regra geral de concordância nominal: “conformidade das palavras adjetivas em gênero e número com o núcleo nominal a que se referem”. Uma síntese também é feita dos casos especiais de concordância, a depender da posição dos adjetivos na sentença e os adjetivos que geram dúvidas (anexo, obrigado, próprio, entre outros).

Nessa coleção, em comparação com as outras analisadas, aparece pela primeira vez um quadro sinótico que diferencia a realização da concordância nominal a depender de qual variedade é utilizada:

PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR	PORTUGUÊS BRASILEIRO CULTO
Simplificação da concordância nominal: (i) expressa pelo determinante: <i>as pessoa</i> . (ii) simplificação acentuada quando o substantivo e o adjetivo vêm no diminutivo (<i>aqueles cabelinho branquim</i>).	Manutenção da concordância nominal com a redundância de marcas: <i>as pessoas, aqueles cabelinhos branquinhos</i> . Em algumas regiões do país a simplificação alcançou também os diminutivos.
Manutenção da concordância apenas quando há saliência fônica entre a forma do singular e a forma do plural: (i) Concordância nominal: <i>a colher/as colheres</i> . (ii) Concordância verbal: <i>as pessoa saíru, elas são bão</i> .	Manutenção da morfologia do substantivo e do verbo no plural: <i>as colheres, as pessoas saíram</i> . Em Minas Gerais a redução morfológica se mostra também na fala culta: <i>cantâru, bebêru, fizêru, saíru</i> .
Perda progressiva do -s para marcar o plural, que passa a ser expresso pelo artigo: <i>os homi, as pessoa</i> .	Manutenção das regras redundantes da marcação do plural, salvo na fala rápida: <i>os homens, as pessoas</i> .

Ataliba T. de Castilho. *Gramática do português brasileiro*, cit., p. 207-208.

Fonte: Cereja *et al.*, *op. cit.*, p. 54.

Esse quadro não é colocado junto da explicação teórica sobre as regras normativas de concordância, mas sim a título de curiosidade entre o enunciado dos exercícios práticos. Abaixo do quadro, um texto explica que marcar o plural em todos os elementos pode ser considerado algo redundante e até mesmo desnecessário para algumas variedades populares (afirmação que dialoga com a hipótese linguística discutida nesta pesquisa na seção 2.2). Em seguida, os autores afirmam que “a concordância, aliás, é um dos assuntos que mais suscitam preconceito linguístico”. Embora esse conceito não seja explicado, os autores consideram importante “saber que não há variedades linguisticamente melhores ou piores do que outras; há regras diferentes para atender a necessidades de determinados grupos de falantes e situações de comunicação específicas” (CEREJA *et al.*, *op. cit.*, p. 54).

Esse quadro não volta a ser trabalhado pelos exercícios. Não há atividades práticas sobre as diferentes variedades do PB e a forma como realizam a concordância nominal de número. Os próximos enunciados avaliam o conhecimento da regra normativa a respeito da posição dos adjetivos e do gênero dos substantivos que acompanham.

Considerações finais

Nesta pesquisa, a análise de três livros do PNLD permitiu construir um pequeno panorama sobre o trabalho com a variação linguística no ensino básico e, mais especificamente, como esses materiais didáticos têm abordado o conceito de concordância nominal com os estudantes. A escolha pela edição de 2018 para compor este *corpus* teve pela primeira vez a participação de professores da educação básica e de instituições de ensino superior compondo a equipe de avaliação pedagógica dessas obras. Assim, os dados aqui analisados passaram anteriormente por uma minuciosa avaliação até chegar aos 30 milhões de alunos brasileiros.

Esta investigação partiu das considerações de linguistas de que o tratamento da variação linguística nos LDs ainda deixa a desejar, já que a tratam de forma limitada, sugerindo que falantes escolarizados e urbanos fazem um “uso adequado” da língua, em contraste com o “uso inadequado” das outras camadas da população. O LD de Cereja *et al.* (2016), ainda que não faça essa afirmação, não traz amostras de texto com variedade linguística não padrão de falantes escolarizados e urbanos, o que pode contribuir com a manutenção do estereótipo sobre o apagamento do -S no sintagma nominal ser realizado apenas por falantes das camadas mais populares, de baixa escolaridade e menor nível socioeconômico ou de áreas rurais — afinal, a canção que motiva a análise linguística é sobre a seca no Nordeste e a imagem que acompanha as análises é desse recorte populacional.

Tendo finalizado a investigação, é possível verificar que todos os livros enfatizaram o trabalho com a concordância nominal na 3ª série do Ensino Médio. Como indicado pelos objetivos desta pesquisa, busquei identificar qual viés os materiais usavam para trabalhar os conteúdos linguísticos. Nesse ponto, embora a Teoria da Variação estivesse presente em todos os LDs, confirmamos nossa hipótese de que a orientação normativa é predominante: a explanação teórica raramente dá espaço para a apresentação das variedades linguísticas; quando elas aparecem, é como uma curiosidade. Também verificamos que ainda há dificuldade para incluir outras ocorrências de concordância nominal de número durante as atividades práticas de análise linguística, pois os exercícios focavam majoritariamente na verificação da compreensão das regras pela perspectiva normativa. Apenas um dos três LDs, o de Amaral *et al.* (2016), propôs uma atividade de pesquisa para investigar como são as ocorrências linguísticas em situações de uso real da língua, mas ele o faz como uma atividade adicional aos exercícios obrigatórios sobre a verificação do conhecimento das regras normativas.

Diante desse panorama, defendemos as contribuições da Sociolinguística Educacional para o trabalho com a concordância nominal em sala de aula. Nesse sentido, ressaltamos especialmente a perspectiva epistemológica e o instrumental metodológico desenvolvidos por essa área do conhecimento como recursos enriquecedores para refletir sobre as entidades que compõem o sistema linguístico dos alunos. Não acreditamos, todavia, no abandono dos LDs: é fundamental reconhecer o esforço dos autores em seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em vez disso, considero que eles são uma parte essencial das práticas de sala de aula, devido ao seu papel como instrumentos mediadores no processo de ensino-aprendizagem (TAGLIANI, 2011): essa ferramenta não só organiza os objetos de estudo, como também pode fomentar a compreensão e a reflexão dos estudantes sobre a própria realidade (ROJO; BATISTA, 2003). Além disso, é por meio do livro didático que o aluno tem acesso a um material diversificado: há dados linguísticos variados em relação à esfera de circulação, autoria, estilo, entre outros fatores (REINALDO, 2005). Não é objetivo desta pesquisa detalhar argumentos a favor do uso dos LDs, mas é necessário pontuar que parto do pressuposto de que esse material é parte integrante do trabalho docente na escola e, nesse contexto, pode constituir um campo produtivo para intervenções conjuntas.

Por isso, acreditamos que o trabalho docente, quando bem embasado com o ferramental das teorias linguísticas, é capaz de “familiarizar o aluno com os princípios que regem o procedimento investigativo, quanto à formulação, testagem e refutação de hipóteses”, a fim de que a curiosidade seja incentivada “como motor de construção do conhecimento” (CARREIRA; FUJIHARA, 2022, p. 13). Consideramos fundamental um trabalho que considere as diferentes variedades linguísticas para pensar a ocorrência de um tópico gramatical tão relacionado ao preconceito linguístico, uma vez que o docente é capaz de incentivar a recuperação da autoestima linguística dos alunos ao mesmo tempo em que combate o senso comum sobre a língua ser homogênea. Também é possível transformar a visão que nosso alunado tem sobre os conceitos gramaticais: em vez de vê-los como *objetos* no mundo, passar a vê-los como *hipóteses* sobre o mundo. Nesse sentido, o papel do professor de língua materna não é ensinar dogmas sobre o objeto de estudo, mas sim demonstrar como a perspectiva normativa de língua compôs um objeto cultural que buscou registrar a hipótese *daquela tempo*, enquanto é possível estabelecer novas hipóteses a partir da evolução da língua. Preparado pela proposta sociolinguisticamente orientada para a análise linguística, o docente opera com a metalinguagem sem se limitar à memorização de categorizações ou

prescrição de regras. Em vez disso, novas possibilidades surgem, como a de problematizar classificações existentes, testar seus limites e propor outras.

Referências

- ABAURRE, Maria Luiza et al. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2016.
- AMARAL, Emília et al. **Novas palavras**. São Paulo: FTD, 2016.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- _____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157 – 168, jul./dez. 2012.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. “Tem sociolinguística efetiva contribuição a dar à educação?”. In: _____. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 127-146.
- _____. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; SILVA, K. A. Sociolinguística educacional: uma entrevista com Stella Maris Bortoni-Ricardo. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 22, n. 1, p. 219–231, jan. 2022.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. **Alfa**, São Paulo, 56 (3): 1035-1064, 2012.
- BRASIL. **Guia de Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático**. FNDE, 2018. Disponível em: www.fnde.gov.br/pnld-2018/. Acesso em: mai. 2024.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: mar. 2024.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRIGHT, W. “As dimensões da sociolinguística”. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 17-24.
- CAMACHO, Roberto Gomes. “Sociolinguística - Parte II”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 51-83.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. “Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro”. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. (Org.) **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 87-95. Edição original: 1957.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CARREIRA, M.; FUJIHARA, A; K. Ensino de gramática e letramento científico. In: GUESSER, S.; RECH, N. F. (Org.) **Gramática e Aquisição: propostas para o professor da Educação Básica**. SP: Pontes Editores, 2022.

CASTILHO, Ataliba. “Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa”. In. BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 27-36.

CEREJA, William Roberto *et al.* **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* **Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da; GOMES, Yana Liss Soares. Variação/diversidade linguística no ensino de língua materna: reflexões sobre a relação professor/aluno na prática pedagógica. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Variação linguística e práticas pedagógicas nº 51, p. 83-98, 2015.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

CYRANKA, Lucia. “Sociolinguística aplicada à educação”. In: MOLLICA, Maria Cecília; JUNIOR, Celso Ferrarezi. (org.). **Sociolinguística, sociolinguística: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 167-176.

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler; LUCCHESI, Dante. A variação na concordância de número no sintagma nominal no português rural da serra fluminense: deriva ou contato?. **Gragoatá**, Niterói, v.26, n.54, p. 217-251, jan.-abr. 2021

DIONISIO, Angela Paiva. Variedades Linguísticas: avanços e entraves. In: _____. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 75-88.

FARACO, Carlos Alberto. Bases para uma Pedagogia da variação linguística. Abrialin ao vivo apresentado por Raquel Freitag. 2020. 1 vídeo (1h 09min 15seg). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3kS-RHie0Zw>. Acesso em: mai. 2024.

_____. “Norma culta brasileira: construção e ensino”. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.

_____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. SP: Parábola, 2008.

FASOLD, Ralph W. **The Sociolinguistics of Society**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GUIMARÃES, Maria Aparecida de Souza; SILVA, Jorge Augusto Alves. Variação na Concordância Nominal de Número no Português Popular de Vitória da Conquista - BA: Sócio-História do Português do Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, PPGEL – Salvador, Vol.: 10; nº. 02, Dezembro de 2016.

ILARI, Rodolfo. **Linguística e ensino da língua portuguesa como língua materna**. 2009. Disponível em: http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=3. Acesso em: mai. 2024.

LABOV, William. Justice as a linguistic matter. Conferência apresentada por William Labov. 2020. 1 vídeo (1h 06min 33s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cr5tyw8_gT0 Acesso em: mai. 2024.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo, SP: Parábola, 2008.

_____. “The Logic of Nonstandard English”. In: _____. **Language in the Inner City**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**. Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar. 1996.

LUCCHESI, Dante. Language in contact in Brazil and the genesis of creole languages. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, v. 9, n. 1, p. 334-357, 2019

_____. **Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo, SP: Globo, 2003.

MARTINS, Flávia Santos. **Variação na concordância nominal de número na fala dos moradores do Alto Solimões (Amazonas)**. 2013. 239p. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2013.

MORALIS, Edileusa Gimenes. Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e a nova corrente moderna. **Sínteses**. v. 13, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Soares. A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral. **Revista de Letras**. UFPR, Curitiba, v. 19, n. 25, p. 01-18, jan./jun. 2017.

PERINI, Mario Alberto. **Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem**. SP: Ática, 1997.

REINALDO, M. A. M. A orientação para produção de texto. In: DIONISIO, A.; BEZERRA, M. A. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 89-101.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32. ed. RJ: José Olympio, 2022.

ROJO, R.; BATISTA, A. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SANTOS, Welber Nobre dos. **A concordância nominal de número no português falado em Montes Claros/MG: a influência dos nomes gerais em análise variacionista**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 155 f, 2021.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa de Fátima et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUSA, M. D. A. F.; CARDOSO, P. B. A sociolinguística para além das variáveis sociais: a promoção de justiça social. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–6, 2020.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português**. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1994.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, Giovanni (org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509- 523, 1998.

TAGLIANI, Dulce Cassol. O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011.